

Política.



Genoino tem conta rejeitada

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desaprovou as contas do candidato a deputado federal José Genoino Neto (PT), relativas a 2010.

EDITORA:
ANDRÉIA LOPES
alopes@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica

gazetapolitica

DESDE 2003

UNIÃO SÓ REPASSA

MIGALHA PARA O ESTADO

Investimentos nunca passam de 13% do previsto em lei

▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rsuave@redgazeta.com.br

A conta nunca fecha e revela um tratamento de “quinta” do governo federal com o Espírito Santo. Um levantamento dos investimentos federais no Estado desde 2003, primeiro ano da era Lula (PT), até 2011, quando sua pupila Dilma Rousseff (PT) chegou à Presidência, mostra que a União nunca repassou para o Estado mais do que 13% do que estava previsto (ou autorizado) anualmente. E neste ano já chegamos a dezembro com um pífio desempenho: só 5,47% dos investimentos foram pagos pelo governo.

O quadro de desprestígio histórico se soma aos riscos que o Espírito Santo enfrenta: as perdas bilionárias com o fim do financiamento à importação Fundap – com aprovação no Senado determinada pelo governo; e a redistribuição dos royalties do petróleo que agora tramita na Câmara.

A lista de investimentos contempla emendas individuais e de bancada dos parlamentares capixabas em Brasília, além de todas as obras, projetos e inter-



ABR

Para opositorista Colnago, bancada tem de “reagir” a “desprezo completo”

venções com aportes transferidos pela União e também recursos destinados a Poderes como a Justiça Eleitoral. Os dados foram pesquisados pelo assessor de orçamento da senadora Ana Rita (PT), Rafael Boudens, com base no sistema da consultoria de orçamento da União.

Enquanto a bancada se movimenta para garantir dinheiro da União para o Orçamento de 2012, a ges-

tão Dilma só fez chegar ao Estado R\$ 35,4 milhões dos R\$ 647,9 milhões autorizados (lei orçamentária mais créditos) para este ano.

Na série histórica desde 2003, o pior ano foi o de 2006, quando só foram pagos ao Estado R\$ 9 milhões dos R\$ 275 milhões autorizados. Em 2010, ano de eleição presidencial, houve o maior volume de repasses do período: R\$ 72,4 milhões.

“O Espírito Santo contribui muito e recebe pouco da União, que trata o Estado com desprezo completo, como se não fôssemos da federação”, critica o deputado César Colnago (PSDB), único opositorista da bancada federal. Para Colnago, a bancada tem que fazer como a do Nordeste, “gritar, reagir” e deixar de votar com o governo para tentar reverter esse tratamento.

REPASSES ANO A ANO

Execução orçamentária do governo federal

ANO 2003

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 211.302.169
Valor empenhado	R\$ 57.494.873
Valor Pago (5,06%)	R\$ 10.707.930

ANO 2004

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 173.255.231
Valor empenhado	R\$ 89.145.523
Valor Pago (12,04%)	R\$ 20.865.440

ANO 2005

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 282.044.697
Valor empenhado	R\$ 156.744.567
Valor Pago (8,66%)	R\$ 24.425.822

ANO 2006

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 275.873.018
Valor empenhado	R\$ 121.059.516
Valor Pago (3,36%)	R\$ 9.296.385

ANO 2007

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 371.585.831
Valor empenhado	R\$ 225.295.534
Valor Pago (7,38%)	R\$ 27.441.420

ANO 2008

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 526.057.610
Valor empenhado	R\$ 201.162.660
Valor Pago (6,05%)	R\$ 31.868.031

ANO 2009

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 473.081.186
Valor empenhado	R\$ 330.435.658
Valor Pago (13,21%)	R\$ 62.519.331

ANO 2010

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 673.474.815,00
Valor empenhado	R\$ 275.784.149
Valor Pago (10,76%)	R\$ 72.480.989

ANO 2011

Lei + créditos (autorizado)	R\$ 647.921.654,00
Valor empenhado	R\$ 92.007.775
Valor Pago (5,47%)	R\$ 35.452.121

IMPOSTO NOSSO

R\$ 13

bilhões

foram arrecadados pela Receita Federal, de janeiro a setembro, no Estado.

Prazo prorrogado para emendas federais

▲ A Comissão Mista de Orçamento do Congresso prorrogou para até o próximo dia 23 o prazo para apresentação de emendas individuais e de bancadas estaduais, tanto para o

Plano Plurianual do governo (2012-2015) quanto para a lei orçamentária de 2012. As duas peças serão votadas em breve.

Para 2012, as emendas individuais saltaram de R\$

13 milhões para R\$ 15 milhões. Em termos práticos, a apresentação de emendas de bancada ao PPA assegura a continuidade de ações e obras bancadas pelo governo federal. O Esta-

do ou município costumam arcar com parte do valor.

Para as emendas de bancada há um valor mínimo de referência em cada programa. Esse limite obriga os parlamentares a

incluir, na rubrica da bancada, obras mais robustas, grandes investimentos. As emendas contidas no PPA são automaticamente incluídas nos orçamentos anuais até 2015, ampliando as chances de execução porque contidas na programação do governo.